

Paradoxo e conflitos frente ao direito de ser mulher

Aracéles Frasson de Oliveira* e Sandra Marisa Pelloso

Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. e-mail: aracelefrasson@bol.com.br

RESUMO. A ênfase dada à maternidade e ao direito do exercício da cidadania é uma preocupação cada vez mais constante das áreas que envolvem pesquisadores e profissionais da saúde, em especial da Saúde Pública. A atuação feminina na sociedade sempre esteve marcada pela expectativa do papel doméstico e de mãe. A consolidação da mulher no mercado de trabalho obviamente conflita com as questões de ordem doméstica e altera comportamentos. Dentro das perspectivas sociais, a mulher passa por conquistas, experiências e conflitos na busca da realização existencial. Frente ao cenário que se apresenta na atualidade, é possível falar de possibilidades na busca existencial feminina. Neste artigo, pretendemos lançar um olhar sobre a saúde feminina em seus aspectos físico e emocional, inseridos no contexto social, e buscar compreendê-la por um prisma biopsicossocial. Desejamos, com esta reflexão, contribuir para um diálogo que promova articulações entre diferentes pontos de vista de vários profissionais que atendem a mulher.

Palavras-chave: mulher, maternidade, profissão.

ABSTRACT. Paradox and conflicts *vis-à-vis* the right of being a woman. Emphasis given to motherhood and the right of practicing one's citizenship are an increasing concern within researchers and health professionals' field, especially those dealing with Public Health. Female activities in society have always been stereotyped by the domestic and motherhood roles. Women's consolidation in the labor sphere not only produces real conflicts with home issues, but also modifies social behavior. Within these social perspectives, women undergo victories, experiences and conflicts in their search for existential fulfillment. The possibility of a female existential search may be detected in the wake of current scenario. The aim of this research is to investigate woman's health in its physical and emotional aspects within the social context. Female health will thus be understood by a biological, psychological and social perspective. It will thus be a contribution towards a dialogue between different women's assistant professionals' points of view.

Key words: woman, motherhood, profession.

Introdução

Evoluímos em muitos aspectos no campo da saúde. Muitos são os benefícios conquistados e muito ainda há que ser conquistado.

Quanto aos aspectos relativos à saúde feminina, a ênfase dada à maternidade, às relações de gênero e ao direito do exercício da cidadania, é uma preocupação cada vez mais constante das áreas que envolvem pesquisadores e profissionais da saúde, em especial da Saúde Pública. Acreditamos que a compreensão das dinâmicas emocional e social femininas favoreça todas as áreas profissionais voltadas para a promoção integral da saúde e do bem-estar.

A atuação feminina na sociedade sempre esteve marcada pela expectativa do papel doméstico e de mãe. Não obstante, também teve e tem um papel imprescindível na economia, por vezes reconhecido, por vezes menosprezado. O que percebemos é que os papéis "mãe" e "profissional" são complementares ao ser cidadã, ser feminino, simplesmente ao ser

humano-mulher, mas que também é motivo de conflitos existenciais.

Neste artigo, pretendemos lançar um olhar sobre a saúde feminina em seus aspectos físico e emocional, inseridos no contexto social, e ainda buscar compreendê-la por um prisma biopsicossocial.

Mulher: uma história para contar

Para discutir as questões relacionadas à mulher, é necessário relembrar as questões históricas, portanto, faremos alguns recortes importantes para demarcar o processo que conduz a mulher a um dado comportamento social.

Segundo Silva (1981), não passava pela cabeça de ninguém a idéia de que a mulher pudesse sair das linhas pré-traçadas e seguir rumos por elas escolhidos, fora dos ditames e destinos biológicos e culturais.

Os conceitos masculino e feminino carregam uma infinidade de conotações que necessitam de profunda

revisão. O caráter determinista biológico define a mulher como a fêmea, a matriz. Beauveoir (1949, p. 25) faz dois questionamentos a respeito: Que representa a fêmea no reino animal? e Que espécie de fêmea se realiza na mulher?

Em Koss (2000), encontramos uma das respostas. Nas espécies em que a reprodução acontece por intermédio da fusão de dois gametas, e como humanos estamos incluídos nessa categoria, encontramos sempre dois sexos. Quando falamos de sexo, estamos nos referindo à forma de como somos classificados ao vir ao mundo, em conformação com a estrutura física: se possuímos aparelho genital introvertido, vaginal, então, pertencemos ao grupo das fêmeas; e se apresentamos aparelho genital extrovertido, fâlico, pertencemos ao grupo dos machos. Para a autora, esse modelo biológico é reproduzido na história em que “ser mulher é fluir com a mãe, enquanto ser homem é se opor a ela”.

Qualquer outro caminho buscado pela mulher que não coadune com esse destino é sempre marcado por intensa batalha na cultura e na sociedade. Dessa forma,

Feminino e masculino são uma polaridade desequilibrada. Direitos iguais para os homens nunca foram inspiração para uma marcha de protesto ou uma greve de fome. Em nenhum país do mundo os homens são considerados legalmente incapazes, como ocorreu com as mulheres de várias nações européias até o século XX e ainda ocorre em vários países [...]. nenhum país deu o direito de voto primeiro às mulheres para depois concedê-lo aos homens. Ninguém jamais pensou que homens fosse o segundo sexo (Sonntang apud Koss, 2000, p. 209).

A segunda pergunta formulada exige um pouco mais de esforço para ser respondida. As diferenciações sexuais impõem à mulher singularidades que estão mais ou menos condicionadas a essas diferenciações primárias, ou são consequências diretas dessas diferenças. A história revela essa associação em vários momentos: de Homero (Séc. VIII antes da nossa era) a Galeno (Séc. II da nossa era), há uma coerência na forma de pensar a mulher. “[...] a mulher é passiva e, na melhor das hipóteses, inferior, em relação, escusado será dizer, ao padrão anatômico, fisiológico e psicológico: o homem. Nada mais” (Loraux, 1990, p. 85). Por sua vez, Roussel¹ postula em sua obra uma definição médico-sócio-moral da mulher:

[...] a mulher não é mulher apenas por um aspecto, mas também por todas as faces segundo pode ser vista. O físico da mulher marca a sua predestinação

¹ Roussel (1775), *Système phique et moral de la femme ou Tableau philosophique de la constitution de l'état organique, du tempérament, des mœurs et des fonctions propres au sexe*.

por sinais particulares: a fragilidade dos ossos, a forma alargada da bacia, a moleza dos tecidos, a estreiteza do cérebro e a superabundância das fibras nervosas deixa perceber que a mulher tem como vocação natural a maternidade, numa existência ordenada e secundária [...] (Roussel, 1775 apud Salvadore, 1990, p. 454).

Na interpretação de Salvadore (1990), para Roussel e para todos aqueles que depois dele acreditam na missão social da ciência médica, trata-se de mostrar que as infelicidades da mulher, as suas depravações, bem como as suas doenças, têm origem nessa ruptura com a normalidade das funções naturais. “Em nome de um determinismo natural, o pensamento médico confina então a feminilidade ideal na esfera estreita que a ordem social lhe destina: a mulher sã e feliz é a mãe de família, guardiã das virtudes e dos valores eternos”. O autor complementa tal idéia afirmando que, durante séculos, a medicina define a mulher submetida ao seu sexo, à matriz, como responsável das suas enfermidades, e a histeria como enfermidade símbolo da feminilidade. O discurso científico legitima o lugar consignado à mulher. “A maternidade define-se, e a matriz patenteia a sua feminilidade” (Salvadore, 1990, p. 419).

Durante a Idade Média, travou-se uma grande controvérsia entre os seguidores de Aristóteles, que definiam a fêmea como receptáculo passivo do embrião, e os herdeiros de Hipócrates, que a consideravam como um corpo duplamente ativo, pela semente e pelo alimento formador do embrião. A querela parece ter se apaziguado no século XIV, em um compromisso que a atitude de Henri de Mondiville (*apud* Salvadore, 1990, p. 410) traduz: “uma vez que para a geração humana não considera inútil o estudo da anatomia da mulher, mesmo que, segundo Galeno, ela não seja senão uma introversão do corpo masculino”.

Podemos perceber que, por mais que se tenha discutido ou refletido sobre o *ser* mulher, isso se fez sempre a partir de sua capacidade reprodutiva, da função materna.

Antes ainda, no período definido como Antiguidade, os gregos representaram a mulher em analogia com a terra que produz, a grande *Méter*. Até mesmo a deusa *Hera*, descrita como tão pouco maternal entre as deusas, pôde passar por mãe e também *Atená*, apesar da recusa ao casamento, foi considerada mãe, senhora e guardiã da cidade de Atenas.

Em um salto para o século XX, Bardwick (1981, p. 8) lembra que as regras sociais a respeito da responsabilidade familiar da mulher juntaram-se às idéias sobre a educação infantil, fazendo da maternidade uma carreira de tempo integral e baseada em um compromisso abnegado e absoluto. De acordo

com a autora, “a imagem idealizada de esposa, mãe (símbolo de ternura), definiu qual o papel social esperado da mulher”. Na perspectiva de Foucault (1990), na obra *História da Sexualidade*, há uma necessidade em reprimir formas de subjetivação e sexualidade, a fim de manter consolidada a família burguesa. Por sua associação com a natureza, a mulher tem sido vista como inferior, submetida e dominada pelo homem, ser cultural, superior, dominante. Segundo Capra (1986, p. 27).

[...] o poder do patriarcado tem sido extremamente difícil de entender, por ser totalmente preponderante. Tem influenciado nossas idéias mais básicas acerca da natureza humana e de nossa relação com o universo, [...] cujas doutrinas eram tão universalmente aceitas que pareciam constituir leis naturais, [...] apresentadas como tal.

A respeito da influência dessas idéias imersas na cultura sobre a formação da identidade na mulher, Pravaz (1981), a partir de uma pesquisa sobre identidade feminina realizada junto a mulheres de três países diferentes, concebe a personalidade feminina, sob três estilos: doméstica, sensual e combativa, e seus correspondentes objetos significantes: o filho, o corpo e o trabalho. Seja qual for o estilo de mulher, segundo a autora, ele se configura no interjogo entre as características político-culturais e econômico-sociais de sua formação. As características adquiridas pela mulher são as respostas às tarefas que realiza e para as quais está sendo educada. Trata-se das habilidades e das qualidades requeridas pelas funções a desempenhar, de acordo com os valores ideológicos dominantes em cada período histórico e social.

Originados na fragmentação e na divisão do trabalho e do desejo, cada família, conforme as modalidades culturais, psicológicas e histórico-sociais próprias, “gestará” determinado estilo de mulher ou combinações possíveis entre esses estilos: a doméstica que trabalha fora do lar, a combativa sedutora, a sensual que cuida dos filhos, etc. De acordo com Pravaz (1981, p. 55), cada uma das opções permite à mulher sobreviver “no pedaço de reino que lhe propõe ao mesmo tempo a salvação e o enclausuramento, os direitos e os deveres.”

Segundo Pravaz (1981), esses três estilos mencionados respondem a uma idéia de mulher frente à clássica pergunta: Que é ser mulher? Essa estrutura determina as funções que definem o ser mulher, as tarefas para as quais serve e as modalidades prováveis de sua existência. As três opções organizam a identidade feminina de forma diferente, a partir do mesmo universo de possibilidades e proibições, de prêmios e castigos, de exigências e liberdade. Essa diferente estruturação do permitido e do proibido configura o modelo ao qual cada estilo se adaptará. Embora não se avalie uma mulher ou a sua

feminilidade pela fecundidade, a sociedade faz esse julgamento e tem essas expectativas: “o termo técnico para a mulher sem filhos ainda é ‘estéril’, o que implica que ela é vazia [...] Não há termo pejorativo equivalente para um homem sem filhos, e ninguém, inclusive ele mesmo, questiona sua masculinidade” (Pravaz, 1981, p. 32).

Diante do argumento, podemos constatar que a lei patriarcal está presente na identidade feminina. Assim, como gênero, a mulher sempre foi considerada socialmente submissa, passiva. Mas a idéia de feminilidade, de acordo com Freud (1932), está vinculada a uma preferência ao passivo e não à passividade. Para Freud, o ser humano seria dotado de uma bissexualidade constitucional que poderia levá-lo a diferentes escolhas sexuais. Freud fala em polaridade ativo-passivo, assim, passividade e feminilidade não estão necessariamente associadas à mulher. Conforma-se a idéia de que a libido não é masculina, mas neutra, e que pode servir às funções sexuais masculinas e femininas. Vale ressaltar que a libido, para Freud, é energia psíquica e não se restringe ao comportamento sexual, mas se desdobra para além, a todas as atividades que conferem prazer ao homem, inclusive o trabalho, e está presente na construção da identidade. Neste sentido, a analogia pode ser estendida para a compreensão dos demais comportamentos em que se espera a passividade supostamente natural da mulher, ao mesmo tempo em que a história vem comprovar que a mulher sempre atuou de forma ativa.

Pravaz (1981) ressalta que cada ser humano, cada mulher, traz em si o inédito, o original e o criativo, sendo possível outra leitura das circunstâncias em que foi educada. Não se trata de um determinismo.

Observa-se que, concomitante ao papel doméstico de esposa e de mãe, enquanto mão-de-obra, as mulheres sempre participaram de forma decisiva no desenvolvimento econômico, mesmo em épocas em que não predominava o sistema capitalista de produção. No princípio do século XII, o desenvolvimento da economia urbana na Europa implicou enormes mudanças na organização do trabalho, com impacto particular na natureza e no espectro dos trabalhos femininos (Opitz, 1990, p. 390).

O feminismo, na década de 70 (século XX), trouxe questionamentos e reformulações, enquanto movimento organizado que lançava novos desafios e exigia o repensar de valores e prioridades existenciais da mulher. De lá para cá, a natureza dos trabalhos e a carreira sofreram algumas mudanças. A inserção das mulheres na esfera do mercado se tornou altamente expressiva, como demonstram os dados do IBGE (2004) acerca da População Economicamente Ativa (PEA): verifica-se que entre 21,7 milhões de pessoas, 54,9% são do sexo masculino, e 45,1% são do sexo

feminino. A PEA cresceu 1,2% (mais 2 mil pessoas) em relação a setembro do ano anterior, aumentando em 0,6% o total de homens e em 1,9% o de mulheres. A mulher está definitivamente engajada na produção.

Frente ao cenário que se apresenta na atualidade, é possível falar de possibilidades na busca existencial feminina: a independência econômico-financeira e a autonomia conquistada com o trabalho; a realização profissional, pelo desenvolvimento das habilidades e da carreira; e a escolha da maternidade marcada pelos fatores *como* e *quando* desejada. Qual a escolha a fazer, ou se há possibilidade de conciliação, e quais os conflitos que emergem da tomada de decisão sobre essas possibilidades, serão objetos de reflexão daqui por diante.

Uma identidade: o paradoxo, um conflito

Dentro das perspectivas sociais, a mulher passa por conquistas, experiências e conflitos na busca da realização existencial. Nenhum assunto provoca tanta discussão entre as mulheres quanto a maternidade, mesmo quando parece objetiva e factual. Bardwick (1981) diz que “[...] sempre há uma corrente subterrânea de irritação e de emotividade intensa, que são sintomas de conflito”, para a autora, somos uma sociedade coercitivamente a favor da natalidade, pois supomos que todos os adultos saudáveis terão filhos, existindo uma razão básica para os conflitos parentais e, especialmente, maternos. A maioria de nós aprendeu as antigas normas, mas está adaptando a vida a regras incertas. “Quando os valores mudam e surgem opções, a escolha torna-se possível e a ansiedade provável”. Para algumas mulheres, o papel doméstico bastava; para outras, trouxe alguma satisfação; e ainda para outras, a domesticidade tornou-se uma armadilha em que perdiam o próprio senso de identidade. A autora ainda postula o casamento, a maternidade e o trabalho como “âncoras existenciais”, compromissos e responsabilidades que dão diretriz e significado à vida, “são compromissos que nos unem à realidade, porque nos forçam a agir sobre problemas e situações reais, dando-nos a sensação de ter garantida nossa identidade e ter ganhado maturidade” (Bardwick, 1981, p. 73, p. 27, p. 29).

Para a grande parte das mulheres, a maternidade é tão fundamental para a noção de feminilidade que ao optar por não ser mãe, a reorganização de sua identidade leva certo tempo para ser alcançada. Por isso, quanto mais cedo uma mulher toma ciência de não querer ter filhos, menos angústias sofre, porque será menos pressionada pelo limite biológico inevitável. Mas, essa mulher, a partir de então, não poderá basear sua identidade no *status* proporcionado pela maternidade, o que significa que não se definirá como mãe de alguém. Certamente, a maternidade não

é também a única razão existencial de todas as mulheres. Muitas consideram sua carreira, seus outros relacionamentos afetivos tão essenciais quanto ser mãe (Safer, 1997).

Vemos então que, em busca da autoconfiança e da auto-estima, encontramos-nos em um duplo cerco, entre a maternidade e a profissão. Bardwick (1981, p. 41) argumenta ainda que, historicamente,

[...] a preferência feminina por uma carreira e uma remuneração no fim do mês contribuiu para desvalorizar as funções de esposa e mãe, enquanto aumentava a importância do sucesso profissional como recurso crucial para a obtenção do auto-respeito. Isso é uma inversão de valores.

Segundo Martins (1984), à medida que o casamento e a maternidade foram deixando de constituir a finalidade exclusiva da vida da mulher, outras aspirações passaram a atrair a mulher moderna, outros ideais de vida, esses variáveis conforme os ambientes e as camadas sociais. Surgiram, entre muitas mulheres, sérios conflitos entre seus ideais e a maternidade.

A consolidação da mulher no mercado de trabalho, obviamente, conflita com as questões de ordem doméstica e altera comportamentos.

Arilha (2004) mostra uma queda na fecundidade, registrada na última década no Brasil, entre mulheres com maior grau de instrução e poder aquisitivo. Bruschini (2004) corrobora essa afirmação, visualizando a relação entre a redução da taxa de fecundidade e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Todavia, o fato de ter filhos e a faixa etária da prole também provocam diferenças na atividade econômica das mulheres em relação à disponibilidade para o trabalho, o que não se observa em relação ao homem, pois as mães ainda são as principais responsáveis pelos cuidados com as crianças. Novamente nos deparamos com uma questão de gênero.

As relações de gênero, assimétricas e hierárquicas que predominam nas sociedades ocidentais, como a brasileira, segundo Bruschini (2004), expressam-se em posições desiguais ocupadas pelos indivíduos de um e outro sexo, tanto na esfera da produção quanto no âmbito privado das relações familiares.

Por outro lado, voltamos a recorrer a Bardwick (1981), que afirma que, por mais que fosse absolutamente necessário rejeitar os aspectos coercitivos dos papéis sexuais tradicionais, de outra forma, corremos o perigo de adotar falsas âncoras baseadas na competição no trabalho, na constante mudança de relacionamentos. Para a autora, o culto à maternidade, em uma sociedade que também reverencia o sucesso na carreira, torna inevitável que a possibilidade de ser mãe, antes encarada como

caminho para a realização e felicidade, passe a ser condenada por impedir gratificações fundamentais e por sufocar o desenvolvimento individual.

Assim como a maternidade, o trabalho também representa uma oportunidade de auto-realização. Mais do que qualquer outro engajamento, ele é encarado como meio para se alcançar auto-expressão, criatividade e responsabilidade. Da mesma forma, as mulheres estão procurando, no trabalho, desenvolver suas próprias potencialidades.

Safer (1997) discute a problemática feminina da escolha pela maternidade ou por uma vida sem filhos, desmentindo o estereótipo de que mulheres sem filhos são emocionalmente incompletas, quando a identidade feminina se revela organizada independentemente da maternidade e está presente na vitalidade, na paixão pela vida e pelo trabalho. A consciência da própria personalidade possibilita uma decisão sem culpas por não querer ser mãe. Contudo, a autora refere-se ao processo de chegada a essa decisão segura como repleto de conflitos e de angústia. Essa nunca é uma escolha neutra, porque é uma rejeição ativa de algo fundamental e esperado. Se não preparada para a decisão, a mulher utilizará mecanismos de defesa, ressaltando apenas as desvantagens da maternidade para justificar sua aparente escolha por não ser mãe.

Hoje, o modelo de identidade social feminino vem sendo pouco a pouco contestado pela evolução da relação conjugal e educativa, ajudado pelas conquistas da mulher no campo profissional, onde ela vem assumindo responsabilidades e galgando postos e cargos mais significativos do ponto de vista hierárquico e do poder.

Ao optar pela carreira como forma de realização, pode-se inferir que as cobranças neste cenário, em especial nas organizações empresariais, fazem emergir um novo comportamento por parte de algumas mulheres:

Tudo se passa de fato como se as mulheres entrassem em organizações estruturadas, em princípio, em um modo de idealização masculinizado, isto é, segundo os costumes afetivos de um grupamento de homens [...] os heróis culturais da empresa, que, propondo modelos identificatórios, constituem entidades-chaves entre a identidade coletiva e identidade individual, permanecem majoritariamente construídos a partir de um genérico sexual masculino (Belle, 1993, p. 205).

Tem-se a idéia de que as realizações atribuídas aos homens ao longo dos séculos, marcados pelo patriarquismo, tornam esse modelo de conquista vinculado ao suposto estereótipo masculino, algo desejável à mulher: busca por status, insensibilidade aos sentimentos próprios, frieza, racionalidade, sede de poder, predominância de interesses profissionais.

Será que a identidade feminina teria então que se redefinir? Seria possível conciliar carreira e maternidade preservando o direito de ser mulher?

Não se trata de rejeitar a maternidade e nem de fazer da “[...] mulher antes oprimida, agora opressora. A saída não é o sexismo”, afirma Bardwick (1981).

Mas qual o ônus dessas escolhas?

Ao rememorar a história da relação mulher e trabalho, observa-se que até os anos setenta, poderia ser considerado “normal” que a mulher tivesse um emprego, mas não uma carreira, pois isso implicaria dedicação quase exclusiva ao campo do trabalho. Para reforçar esse argumento, um pensamento trazido por Bardwick (1991, p. 61) reflete o julgamento social acerca da mulher e da sua dedicação à carreira: “Quanto maior for o sucesso de um homem em seu trabalho, maior a convicção de todos de que ele dará um bom marido; quanto maior o sucesso da mulher, maior o receio geral de que ela não dê uma boa esposa”.

Parece que o sucesso no trabalho coloca em risco a feminilidade, quando considerada a partir da função ou do papel doméstico. E é a partir desse paradoxo que a mulher se percebe e é cobrada a decidir. A necessidade de articular papéis familiares e profissionais, lembra Bruschini (2004), implica custos físicos e emocionais, pois as mulheres não querem abrir mão do que consideram uma conquista.

Também Faquim (2004) discute o conflito sofrido pela mulher que trabalha e cuida dos filhos, quando o filho cobra a presença da mãe, e o chefe reclama a ausência da funcionária, por ter levado a criança ao pediatra. Surge a dúvida sobre qual caminho escolher, ou como conciliar e encontrar o equilíbrio nesse cenário. Outro momento em que o impasse se coloca à mulher é durante o período de amamentação. Apesar das conquistas trabalhistas, vemos que a mulher continua enfrentando dificuldades para exercer o papel profissional ao ser mãe. Quando em período de amamentação, a mulher é recomendada a amamentar por um período incompatível (aproximadamente 6 meses) com o que a lei lhe garante, 4 meses de licença.

O desmame precoce continua a ser fato constatado em diversos estudos sobre aleitamento materno feitos no Brasil. Um inquérito nacional, realizado pela Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, (1992 *apud* Rea *et al.*, 1997, p. 151), aponta que embora 97% das mulheres brasileiras iniciem a amamentação, a duração dessa prática está longe do ideal, sendo que 50% delas amamentam apenas até 134 dias (mediana), e está em 72 dias a duração mediana do aleitamento materno quase exclusivo (também chamada amamentação predominante), ou seja, dar leite materno mais água ou chá. A duração é ainda mais baixa nas áreas

urbanas (123 dias de mediana de aleitamento materno total). “Acredita-se que, nas áreas urbanas, uma das razões do desmame precoce é a separação da mãe de seu filho, devido à volta da mulher ao trabalho fora do lar, condição pior nas grandes cidades pela situação de transporte e distância casa-local de trabalho”.

Algumas mulheres podem se culpabilizar diante da situação. Para Belle,

[...] o processo de articulação, mesmo de reforço, entre trabalho e vida privada mostram que as escolhas profissionais da mulher resultam de numerosas negociações, implícitas ou conscientes, serenas ou tensas, com seu meio profissional, mas igualmente com outros projetos e mais particularmente com o projeto de seu cônjuge, seu próprio projeto e também o projeto que ele tem para ela. O resultado destas negociações, influenciado pelos grupos de referência (familiares, de formação e outros) e pelo nível de aspirações da mulher, influenciará seu destino profissional (Belle, 1993, p. 221).

Ao escolher se afastar do trabalho para cuidar dos filhos, certamente, em seu retorno ao mercado, a mulher se deparará com um espaço vazio em seu currículo e provavelmente terá que se atualizar. Então, sentirá o impacto de possuir um projeto de vida associado ao desejo de trabalhar e de ter o trabalho como perspectiva pessoal de realização.

A vida de uma mulher pode ter dimensões ampliadas no mundo contemporâneo, fora dos limites da função materna, até recentemente a única aceita. Mas, ser diferente, apesar de ser imensuravelmente enriquecedor, pode deixar marcas. “Há um preço para a vida não-convencional”. Da mesma maneira, a sociedade tende a negar o preço que as mães pagam e a idealizar os sacrifícios que fazem, sendo isso interpretado como parte do instinto feminino, portanto, natural. Isso dificulta o reconhecimento por parte da mulher sobre seu desejo, bem como sobre seus ressentimentos em relação à maternidade. Outras mulheres, por sua vez, identificam-se amplamente com as exigências dos filhos e da maternidade e se sentem compensadas (Safer, 1997).

Contrariamente às que sofrem pelo conflito, outras mulheres conseguem harmonizar a escolha pela maternidade e pela profissão, sem implicações maiores a nenhuma das partes. Inversamente ao que a sociedade parece acreditar, uma pesquisa realizada por Lois Hoffman (*apud* Bardwick, 1981, p. 91) chegou à conclusão de que a mãe que obtém mais satisfação pessoal no emprego não sente culpa excessiva e conta com um esquema doméstico adequado, podendo ter uma atuação tão boa ou melhor na função materna do que aquela que não trabalha fora.

Assim, ser mãe não é mais condição necessária, nem suficiente para a maturidade e satisfação. É um potencial biológico e uma vocação psicológica que uma minoria significativa de mulheres, depois da reflexão, reconhece não serem adequados a elas.

Para Safer (1981), qualquer mulher que não tem filhos está perdendo algo, quer saiba disso, quer não. Nunca terá uma relação única com uma criança que uma mãe tem; e esta, por sua vez, nunca terá o grau de liberdade pessoal que a mulher sem filhos tem. Ambas estão abrindo mão de algo e ambas estão ganhando algo. Nenhuma delas tem tudo, embora possam sentir-se amplamente recompensadas e satisfeitas com aquilo que têm e com a escolha que fizeram. “Reconhecer as perdas que a vida impõe é uma parte essencial da auto-aceitação” (Safer, 1981, p. 18).

Delineia-se até o momento, o seguinte quadro:

Algumas mulheres resolveram privilegiar um dos dois pólos de vida, o trabalho ou a família. Outras evitam momentaneamente vivê-los por um processo de compartimentação. Outras, porém, parecem ainda ressentir-se mais intensamente da possibilidade de manter simultaneamente os dois papéis, excessivamente opostos. O que é difícil é que não se tem verdadeiramente à escolha. “Pode-se dizer eu dou à luz, crio minhas crianças depois eu recomeço, ou decido não ter filhos, mas é sempre conflitual, isto não funciona sempre satisfatoriamente” (Belle, 1993, p. 227).

Bardwick (1981, p. 80), em relação a esse assunto, pondera: “[...] enquanto as tradicionalistas glorificam a domesticidade, as feministas idealizam o trabalho. E cada uma delas subestima a outra possibilidade”. A autora afirma que, se pensarmos que as alternativas na escolha da função ou do compromisso se excluem mutuamente – deve-se escolher isto ou aquilo entre duas ou mais possibilidades – é provável que diminua nossa ambivalência, quando precisamos fazer opções importantes. Trata-se de modificar o valor que damos a cada alternativa. Devemos considerar todas as possibilidades e o direito de livre escolha da mulher.

Conclusão

Na condição de profissionais das ciências da saúde, não podemos fugir das contingências de nos encontrarmos entre duas instâncias, a científica e a humanista, o que nos coloca, não raro, na posição difícil de intérpretes e até mesmo de catalisadores de polêmicas sócio culturais.

No tocante aos estudos da categoria de gênero, é salutar mencionar que o conhecimento produzido nesse campo permite uma releitura das relações estabelecidas pela compreensão do papel social, bem como pela compreensão das diferenças

constitucionais de identidade, viabilizando um olhar mais atento a respeito das mudanças ocorridas no espaço social nos últimos anos. Por essa razão, há que se considerar que, a partir da compreensão das questões que envolvem a mulher, poderemos refletir sobre medidas que busquem a amplitude e a efetivação do direito à cidadania.

Pensamos que a mulher, na sociedade atual, necessita vencer essa dicotomia psicológica, por meio do conhecimento aprofundado de si mesma, a fim de atingir a tranqüilidade indispensável para ser boa mãe e profissional eficiente. Para tanto, na medida do auto-conhecimento da personalidade, a mulher precisa elaborar e libertar-se do sentimento de culpa, promovido pelos ditames culturais, que consome internamente sua energia e compromete sua saúde psíquica.

Desejamos, com essa reflexão, contribuir para um diálogo que promova articulações entre diferentes pontos de vista de vários profissionais que atendem a mulher. O saber biológico, o saber médico e o saber psicológico devem estar voltados para a mesma preocupação, ou seja, que os profissionais de saúde reflitam sobre suas práticas, sua influência sobre a cultura e sobre os valores da população em geral, reforçando o compromisso, a autocrítica e a responsabilidade por parte desses profissionais, encarregados do cuidado integral da saúde individual e coletiva.

Referências

- ARILHA, M. *Contracepção, empowerment e entitlement*: Um cruzamento necessário na vida das mulheres. Disponível em : <www.fhi.org/sp/barbrosp.html > Acesso em: 15 out. 2004.
- BARDWICK, J.M. *Mulher, sociedade, transição*: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas. São Paulo: DIFEL, 1981.
- BEAUVVOIR, S. de. *O segundo sexo*: 1. Fatos e Mitos. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BELLE, F. Executivas: quais as diferenças na diferença? In: CHANLAT, J.F. (Coord). *O indivíduo na organização*: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1993. v. 2, p 195 – 229.
- BRUSCHINI, C. *Maternidade e trabalho feminino*: sinalizando tendências. Disponível em: <www.fhi.org/sp/barbrosp.html > Acesso em: 25 out. 2004.
- CAPRA, F. *O Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- FAQUIM, L. *Os avanços da mulher*. Disponível em: <www.gestaoerh.com.br > Acesso em: 25 ot. 2004.
- FOUCAULT, M. *A História da sexualidade*: à vontade de saber. 10. ed. São Paulo: Editora Graal, 1990. v. 1.
- FREUD, S. (1932). Novas conferências introdutória sobre a psicanálise: conferência XXXII: feminilidade. In: FREUD, S. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 22.
- KOSS, M. V. *Feminino + masculino*: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.
- LOURAX, N. O que é uma deusa? In: DUBY, G.; PERROT, M.. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1990. v. 1, a antiguidade, p. 31 -78.
- OPITZ, C. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250–1500). In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1990. v. 2, A Idade Média, p. 353–440.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística. População economicamente ativa - PEA. Disponível em: <www.ibge.gov.com.br > Acesso em: 22 out. 2004.
- MARTINS, C. *A mulher na sociedade atual*. Porto Alegre: Movimento, 1984.
- PRAVAZ, S. *Três estilos de mulher*: a doméstica, a sensual, a combativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- REA, M.F. et al. Possibilidades e limitações da amamentação entre mulheres trabalhadoras formais. *Revista da Saúde Pública*. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 149-156, 1997.
- SAFER, J. *Além da Maternidade*: optando por uma vida sem filhos. São Paulo: Mandarim, 1987.
- SALVADORE, É.B. O discurso da Medicina e da ciência. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1990. v. 3, Do renascimento à idade moderna, p. 409-458.
- SILVA, C. da. Apresentação. In: BARDWICK, J.M. *Mulher, sociedade, transição*: como o feminismo, a liberação sexual e a procura da auto-realização alteraram nossas vidas. São Paulo: DIFEL, 1981.

Received on August, 27, 2004.

Accepted on December 15, 2004.